

Desde o famoso "setembro negro", quando os cofres dos grandes bancos internacionais fecharam-se para o Brasil, não se respirava, nos gabinetes econômicos oficiais, um clima tão ameno, alegre e descontraído como na semana que passou. E, dessa vez, não se trata daquele otimismo vazio, teimosamente cultivado para o consumo externo. Ministros e assessores estão absolutamente convictos de que o pior — para eles e para o País — já passou.

Os primeiros motivos para justificar esta euforia, os homens econômicos do governo receberam no início da semana. Com o discurso de segunda-feira e a mensagem ao Congresso na terça, o presidente Figueiredo deu um voto de confiança a seus mentores econômico-financeiros e endossou toda a política até agora empreendida para retirar o Brasil da crise em que está metido.

A corda atritada pelo presidente da República em direção à área econômica ganhou enorme reforço, com as boas notícias vindas do Exterior. Como o governo temia em vincular todas as dificuldades do País à crise econômica internacional, notícias como a do desempenho da economia norte-americana em janeiro — um crescimento de 3,6% — a maior taxa mensal desde 1950 — dão mesmo razões para euforia. A tendência na Europa também é para uma recuperação, embora lenta. A produção industrial alemã, neste janeiro, cresceu 4% em relação a dezembro.

Outros fatores a instilar bom humor na equipe econômica de Figueiredo são a possibilidade de pagar o petróleo importado a preços inferiores a 30 dólares o barril; um novo e vigoroso movimento nos Estados Unidos para a queda da taxa de juros; e, finalmente, o acerto com o Fundo Monetário Internacional e os bancos privados.

É verdade que esta euforia não é geral. Alguns mais realistas preferem esperar um pouco mais para ver se esses movimentos são definitivos antes de decretar o fim do estrangulamento externo da economia brasileira.

"Deve haver mesmo uma recuperação — explica um assessor do ministro Delfim Neto. A questão é saber se esses surpreendentes números de janeiro serão mantidos."

Outras pequenas dúvidas estão empanando o estado de graça das autoridades nos últimos dias:

(1) As notórias dificuldades para aprovar o decreto-lei de alteração na política salarial;

(2) O fraco desempenho da balança comercial nos dois primeiros meses — o superávit não deverá ultrapassar os 300 milhões de dólares —, ameaçando a vital meta de seis bilhões de dólares no final do ano;

(3) Os altos índices de inflação, estacionados acima dos 100% e sem perspectivas, a curto prazo, de uma redução.

A batalha contra os escorchan tes juros cobrados nos empréstimos internos, o governo considera que está próxima de ser vencida. Os ministros e seus auxiliares estão sinceramente convencidos de que, daqui a mais alguns dias, passado o efeito psicológico da maxidesvalorização, os juros se aproximariam rapidamen-

DE BRASÍLIA

JOSÉ MÁRCIO MENDONÇA

**Dizem que
o pior já passou.
Será?**

te dos custos do mercado externo.

"É preciso não esquecer — lembra o assessor do ministro do Planejamento — que vai começar a entrar dinheiro de fora com um custo de 20 a 22% mais correção monetária. Os nossos aqui dentro vão precisar entrar na competição."

O governo deverá dar mais um aperto nos bancos estaduais, que empurrando para o alto as taxas de juros estão pagando de 26 a 28% mais a correção monetária nos certificados de depósitos bancários, na ânsia de cobrir os buracos provenientes da orgia eleitoral. Além disso, o governo pretende agir mais no terreno psicológico e usar o seu poder de persuasão junto aos banqueiros. Algumas notícias de um possível tabelamento dos juros fazem parte dessa estratégia. É pouco provável também que venham outras medidas preconizadas pelos bancos, como a eliminação do IOF, o fim do limite quantitativo e a redução do recolhimento compulsório de 45 para 30%.

Abrir mão do IOF significa abrir mão de receita, comprometendo a meta de diminuição do déficit público assumida com o Fundo Monetário Internacional. Por causa também dos compromissos com o FMI ficam prejudicadas as outras sugestões: os parâmetros de expansão dos meios de pagamentos — e da base monetária —, agora revisados para se adaptarem à máxi, deverão ser rigorosamente mantidos.

O governo aposta nos commercial papers — títulos de empresas que podem ser negociados diretamente nas bolsas — criando uma concorrência para os bancos. É possível também que os bancos sejam induzidos a reduzir a margem de intermediação — diferença entre os custos de captação e aplicação de recursos — hoje variando entre 8 a 10%.

O quadro, visto aqui da planície, analisado por gente sem postos privilegiados de observação e sem óculos de lentes cor-de-rosa, é um pouco diferente. E não é para menos. Aqui embaixo, o que chega é apenas o reflexo das decisões tomadas lá em cima. E o programa, visto desta perspectiva, ainda é sombrio. A cada semana pipoca um pedido de concordata de uma empresa importante. A Brinquedos Hering foi a premiada na semana passada. E muitas estão sendo salvas pelo BNDES.

O desemprego voltou a se acelerar: o IBGE registrou um inquietante crescimento do número de desempregados em janeiro nas oito regiões metropolitanas. A Fiesp registrou em São Paulo dados preocupantes para os dois primeiros meses do ano: no setor industrial, oficialmente, 24 mil empregados foram dispensados em janeiro e 12 mil em fevereiro.

Esta é apenas uma pequena amostra do quadro social, muitas vezes relegado a um segundo plano na formulação dos donos da famosa receita: "Primeiro é preciso fazer crescer o bolo, para depois repartirlo". As empresas e os empregos estão sendo tragados pelos juros e pela recessão. Duas questões políticas e cuja solução depende de um gesto de vontade.

Mercado negro

Na sexta-feira, o dólar no mercado negro chegou a ser negociado a 800 cruzeiros, quase 100% acima do valor oficial. Uma pequena parte das pressões, é certo, vem dos turistas. Outra, dos eternos especuladores. Mas este lado explica apenas uma pequena parte da questão, seguramente a mais insignificante.

O comentarista econômico do Jornal da Tarde, Celso Ming, desenvolveu na sexta-feira alguns outros motivos para a nova onda de loucura que tomou conta do chamado "black". Além da aposta em uma nova maxidesvalorização do cruzeiro — fruto do pouco crédito que a sociedade dá hoje à ação e as palavras das autoridades econômicas — estariam pressionando a moeda norte-americana a prática de subfaturamento ou superfaturamento no comércio exterior.

O governo já detectou um outro ponto de pressão sobre o dólar no mercado paralelo: os importadores. A política de restrição quase indiscriminada das importações está forçando muitas empresas a apelarem para um quase aberto contrabando. Para garantir um superávit comercial significativo, a Cacex, há muito tempo, vem guardando nas gavetas e retardando a liberação de guias de importação. Para não parar a produção e não fechar seu negócio, o empresário acaba indo buscar o dólar no paralelo.

E pode fazer, do ponto de vista econômico, até um bom negócio. Se não, vejamos. As importações brasileiras, à exceção de alguns produtos como petróleo, trigo e fertilizantes, e outros enquadrados em legislação específica e projetos prioritários do governo, estão sujeitas ao pagamento do imposto de importação — variável entre 30% e 205% — e Imposto Sobre Operações Financeiras — 25%.

Digamos, por exemplo, que uma determinada empresa compre um conjunto de dez máquinas por 200 mil dólares, cada máquina tendo custado 20 mil dólares. Sobre este valor incidirão mais 50 mil dólares de IOF e cem mil dólares de imposto de importação. Cada máquina desembarcará no Brasil pelo valor de 35 mil dólares, cerca de 13 milhões de cruzeiros ao câmbio de hoje. Comprando o dólar no mercado paralelo, a 700 cruzeiros, o importador teria esta máquina por 14 milhões de cruzeiros. Um pouco mais caro, mas sem o risco de ficar com seu pedido mofando na Cacex e os negócios parados.

Com todos esses expedientes, muitos estimulados pela própria política oficial, vai ficar muito difícil apresentar um superávit comercial de seis bilhões de dólares. Alguns funcionários oficiais já estão quebrando a cabeça para encontrar mecanismos capazes de estancar esta sangria.